



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 22 de novembro de 2019
(OR. en)

14251/19

SOC 751
GENDER 52

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	As futuras políticas de igualdade de género e a integração da perspectiva de género na UE Debate de orientação

Junto se envia, à atenção das delegações, uma nota de orientação elaborada pela Presidência com vista a facilitar o debate na reunião do Conselho EPSCO de 10 de dezembro de 2019.

As futuras políticas de igualdade de género e a integração da perspectiva de género na União Europeia

1. Contexto e desafios

Têm-se registado algumas conquistas importantes em matéria de igualdade de género na UE, como um maior equilíbrio entre os géneros na tomada de decisões, a adoção da diretiva relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e o reforço da integração da perspectiva de género na ação externa da UE. Todavia, como o Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE) analisou no relatório Pequim + 25¹, continuam a existir alguns desafios antigos em termos de igualdade de género, inclusive no que respeita às disparidades entre homens e mulheres em matéria de emprego, remuneração, pensões e níveis de pobreza, bem como à violência de género. Por exemplo, a digitalização, a migração e as alterações climáticas estão a fazer surgir novos desafios. O índice de 2019 do EIGE revela que, com uma pontuação de 67,4, a UE ainda está longe de alcançar a igualdade de género.

Em relação à integração da perspectiva de género, o relatório Pequim+25 conclui que a integração de uma perspectiva de género nos diferentes domínios da política da UE é fragmentada e carece de continuidade. Os instrumentos de integração da perspectiva de género, como é o caso das avaliações do impacto em função do género, são usados com pouca frequência na elaboração de políticas da UE.

No que respeita à integração da perspectiva de género nas políticas económicas e orçamentais, a falta de metas específicas em termos de género e as lacunas na implementação têm impedido a realização de progressos. Alguns fundos da UE têm objetivos específicos em matéria de género e/ou de integração da perspectiva de género, mas muitas vezes não os acompanham na prática com medidas de execução, como é o caso dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento. Tem havido esforços para integrar a igualdade de género na execução do Semestre Europeu, por exemplo através dos relatórios conjuntos sobre o emprego e da utilização de dados repartidos por sexo. Todavia, a relação existente entre os elementos macroeconómicos e os elementos relativos à igualdade de género é ténue e habitualmente não se avaliam os impactos que as recomendações políticas têm em função do género. A dificuldade em rastrear a despesa em matéria de igualdade de género dificulta a elaboração de uma orçamentação sensível ao género na UE.

¹ A avaliação da implementação da Plataforma de Ação de Pequim das Nações Unidas, 25 anos após a sua adoção.

A igualdade entre homens e mulheres é um dos valores fundadores e um dos princípios fundamentais da União Europeia, como declarado no Tratado da União Europeia e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. O Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) atribui à União a missão de eliminar as desigualdades e promover a igualdade entre homens e mulheres na realização de todas as suas ações.

A UE comprometeu-se politicamente a adotar uma abordagem dupla para a realização da igualdade de género, abordagem essa que inclui tanto a integração de uma perspetiva de género em todas as políticas, como medidas específicas para promover a igualdade de género e combater a discriminação. A integração da perspetiva de género é uma estratégia transformadora essencial para apoiar a realização da igualdade de género. Entre os exemplos da integração da perspetiva de género nas políticas da UE contam-se o Plano de Ação II sobre o Género para 2016-2020 nas relações externas da UE e a forte perspetiva de género constante do quadro para a política de investigação e inovação da UE.

A investigação identificou os elementos essenciais para que a integração da perspetiva de género seja bem sucedida. Em primeiro lugar, tem de haver um forte empenho político na integração da perspetiva de género. Depois é necessário também assegurar que haja estruturas e procedimentos institucionais adequados para a integração da perspetiva de género, e reforçar a sua aplicação efetiva em todos os domínios de ação, inclusive através de um acompanhamento e de uma avaliação baseados no conhecimento e da utilização dos instrumentos existentes, como as avaliações do impacto em função do género.

2. Promover a igualdade e a integração da perspetiva de género na UE: rumo a seguir

A Presidência finlandesa realizará um debate de orientação sobre as prioridades e rumos das políticas da UE em matéria de igualdade de género, incluindo a integração da perspetiva de género, na reunião do Conselho EPSCO de 10 de dezembro. O objetivo é explorar as formas de reforçar o empenho político no combate às desigualdades de género e as medidas específicas nesse sentido, e assegurar a realização de progressos reais conducentes à igualdade de género.

A Presidência finlandesa realizou em Helsínquia, a 30 de setembro e 1 de outubro de 2019, a Conferência de Alto Nível "*Europe for Gender Equality? Taking Stock – Taking Action*" (Uma Europa em prol da igualdade de género? Balanço – Atuação), centrada nas futuras políticas da UE em matéria de igualdade de género e na integração da perspectiva de género nas políticas económicas e orçamentais. Os participantes destacaram a necessidade de haver uma estratégia robusta da UE em matéria de igualdade de género. As avaliações do impacto em função do género e a orçamentação sensível ao género foram consideradas instrumentos importantes para integrar a igualdade de género na tomada de decisões económicas e ter seriamente em conta as questões de género no programa de política económica. Foi salientado que a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, bem como a utilização de indicadores de igualdade de género no contexto do Semestre Europeu, oferecem novas possibilidades de integração da perspectiva de género. A cooperação entre o setor da igualdade de género e o setor orçamental foi considerada essencial para elaborar uma orçamentação sensível ao género.

O início do mandato da nova Comissão e os fortes compromissos em matéria de igualdade de género assumidos pela presidente eleita Ursula von der Leyen, incluindo a estratégia para a igualdade de género, proporcionam uma boa base para o reforço das políticas de igualdade de género e da integração da perspectiva de género na UE. A presidente eleita declarou também a sua intenção de recentrar o Semestre Europeu num instrumento que integre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que incluem o ODS 5 relativo à igualdade de género.

Neste contexto, convidam-se os ministros a responder às seguintes perguntas:

1. Quais deverão ser as prioridades temáticas das políticas da UE em matéria de igualdade de género nos próximos cinco anos?
2. Que ações e medidas deverá a UE implementar para combater as desigualdades de género e reforçar as políticas em matéria de igualdade de género nos próximos cinco anos?
3. De que forma poderemos assegurar uma maior integração da igualdade de género nas futuras estratégias e processos políticos fundamentais da UE, incluindo as políticas económicas e orçamentais? Quais são as estruturas, os meios e as formas de cooperação para o fazer, inclusive no Conselho?